



EDUCAÇÃO BRASILEIRA: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

* *Agnaldo Kupper*

RESUMO

O quadro educacional brasileiro é negro. De um lado, a educação pública minguando, apesar da atenção dispensada nos últimos anos. De outro lado, o ensino proporcionado por instituições particulares ganha espaço; porém, sem solucionar os graves problemas da educação do país, pois eleva a exclusão social. Pensar em uma educação cidadã torna-se difícil devido aos métodos de seleção empregados para o ingresso no ensino superior. É difícil, assim, prever o destino do sistema educacional brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Brasileira; Problemas; Estrutura; Perspectivas Futuras.

RESUMEN

El cuadro educativo brasileño es sombrío. Por un lado, la educación pública tiende a decrecer, a pesar de la atención dispensada en los últimos años. Por otro lado, la enseñanza proporcionada por las instituciones particulares gana espacios, sin embargo no consigue solucionar los graves problemas de la educación del país, pues eleva aún más la exclusión social. Pensar en una educación para el ciudadano se torna difícil debido a los métodos de selección para el ingreso a la enseñanza superior. Se vuelve difícil, de esta manera, prever el destino del sistema educativo brasileño.

PALABRAS CLAVES: Educación Brasileña; Problemas; Estructura; Perspectivas Futuras.

* Docente do Centro Universitário Filadélfia (UniFil). Docente no Ensino Médio, e cursos pré-vestibulares. Autor de livros didáticos e paradidáticos. Diretor pedagógico de instituição de ensino médio em Londrina. Docente do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Doutorando na área de História e Sociedade. Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas da SEMA-PR. Diretor do Ateneu – Ensino Médio e Vestibulares. Escritor.

E-mail: ateneucpv@uol.com.br



INTRODUÇÃO

Talvez a definição mais comum que se dê à educação seja esta: “Processo pelo qual se procura desenvolver as potencialidades da pessoa humana e integrá-la na comunidade a qual pertença.” Esta é uma definição clássica, sendo impossível precisar seu autor.

No decorrer da História e nas mais diversas sociedades, os processos e objetivos educacionais se diferenciam enormemente, de acordo com complexos fatores culturais. Nas civilizações antigas do Oriente, visava-se com a educação a supressão da individualidade e a conservação do passado. Aos gregos, no entanto, a função da educação era, ao contrário do mundo oriental, dar ênfase ao desenvolvimento individual e aos aspectos estéticos e intelectuais (entre a maioria das cidades-estado). Na Idade Média, a educação ocidental sujeitou-se à religião. No século XX, o desenvolvimento das ciências sociais, sobretudo da Psicologia, colocou novos problemas para a educação e tal desenvolvimento foi responsável por inúmeras transformações; neste sentido, nomes como John Dewey, Jean Piaget e Maria Montessori, destacam-se.

Neste início de século XXI, em uma sociedade competitiva, supostamente globalizada em estruturas capitalistas, indagamos qual seria o futuro da educação, já que, ao que parece, o sistema educacional (particularmente no Brasil) não consegue acompanhar as transformações aparentes. Pedagogos e educadores parecem perdidos entre o que é atual e o que é necessário para o futuro.

Os vestibulares, em especial, tornam-se fundamentais ou se estruturam como entraves para as metas de um processo educacional não excludente e pleno?

É o que procurarei discutir.

OS ÚLTIMOS CEM ANOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Em outubro de 2003, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística anunciou dados que permitem projetar conclusões a respeito do século 20. Uma compilação dos dados nos trará a consideração que, no século em questão, o Brasil aumentou sua riqueza, mas não a dividiu; ou seja, a concentração de renda é abusiva: aquele 1% mais rico dos brasileiros ganhando praticamente o mesmo que a metade da população mais pobre.

No que tange à educação, tais levantamentos nos trazem números assustadores: a taxa de matriculados até o ensino médio passa de 21%, em 1940, para 86%, em 1998. Como se percebe, em 1940, a escola era para poucos.

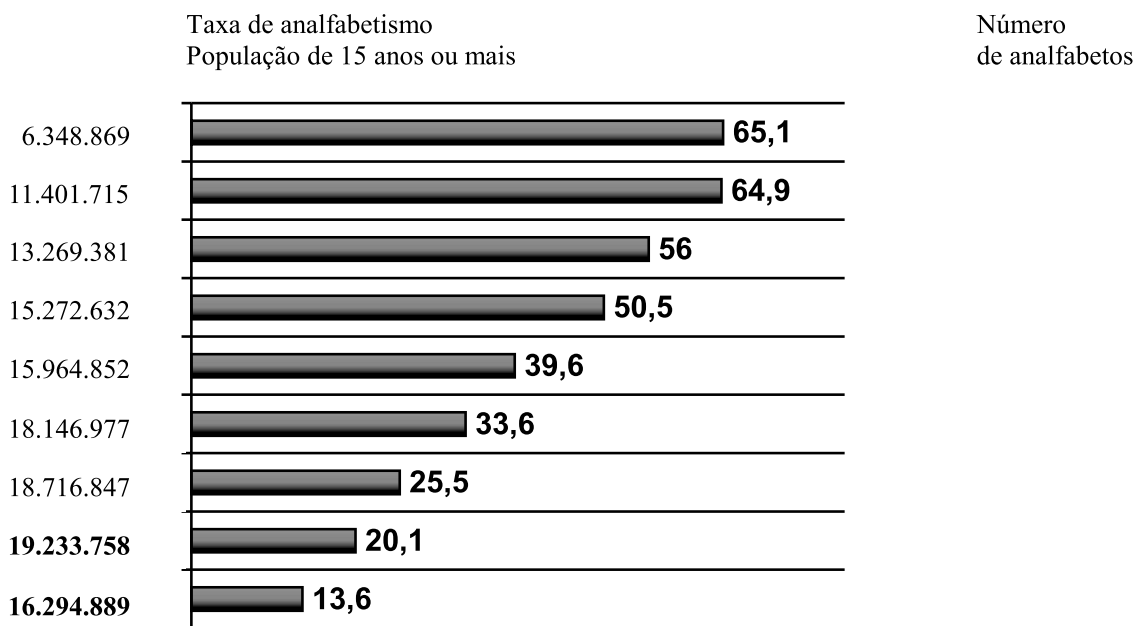


A principal característica da educação brasileira no século 20 foi a massificação do acesso ao ensino fundamental e médio, em que pesem a manutenção da seletividade e não levando em consideração a qualidade educacional, em especial, a perda de nível no ensino público.

De 1940 para 1960, a proporção de alunos matriculados no ensino fundamental e médio (usando os temas da atualidade) saltou de 21 para 31%. Foi só a partir da década de 60 que as matrículas cresceram em um ritmo maior do que o aumento da população em idade escolar. A proporção chegou a 58% em 1978 e a 86% em 1998. O resultado: reduziu-se a taxa de analfabetismo, apesar da manutenção de um alto índice nos dias atuais, com destaque para os analfabetos funcionais.

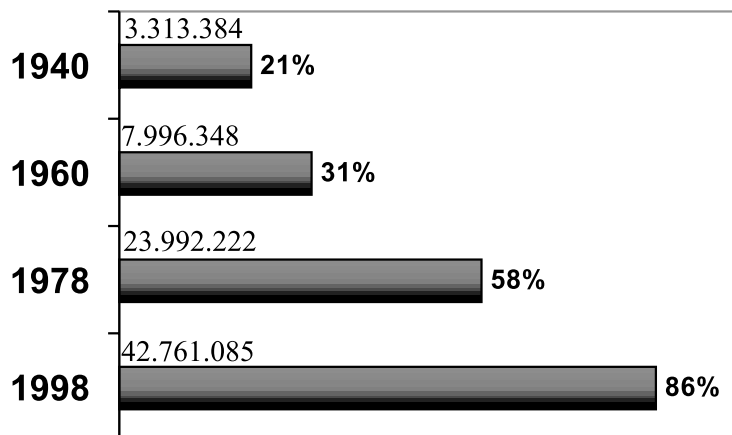
De qualquer forma, cremos que a democratização do ensino fundamental e médio só ocorrerá quando houver melhora da qualidade. A disseminação falseia a verdade educacional, ou seja, a massificação do ensino vem acompanhada pela perda de virtude.

O NÚMERO DE ANALFABETOS CAI 60% ENTRE 1970 E 2000:

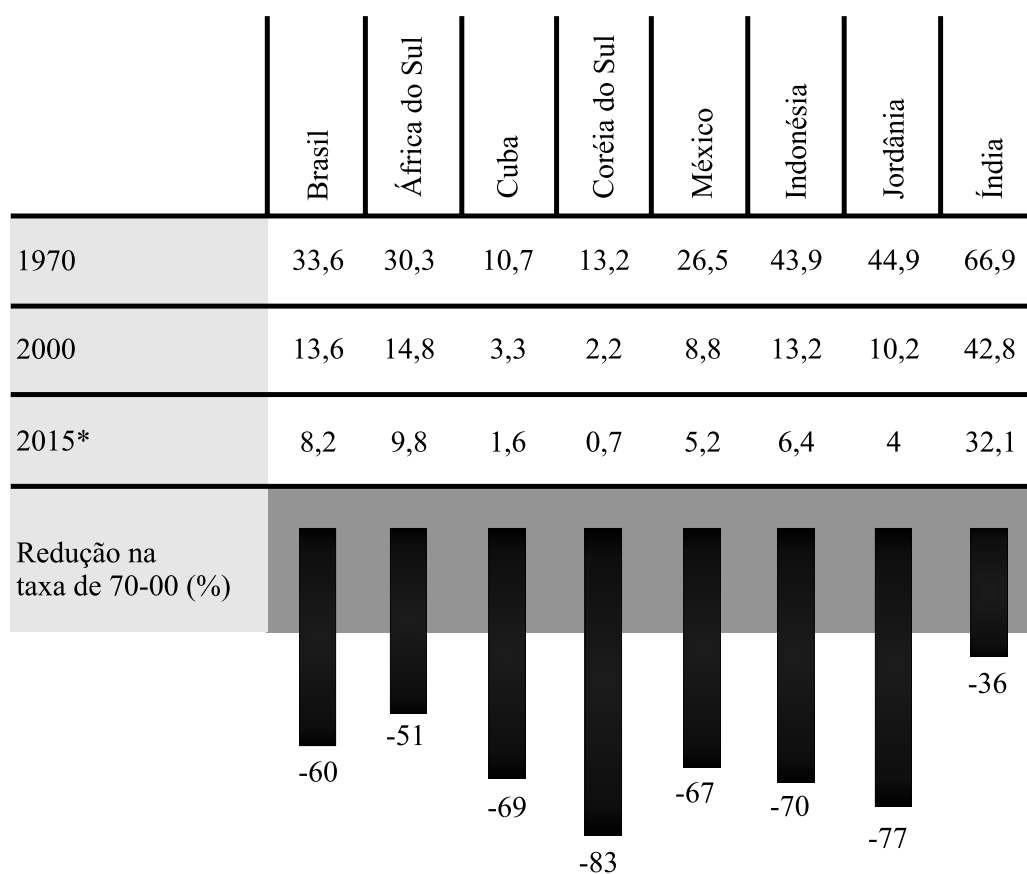


↑
De 1991 para 2000, pela primeira vez na história dos censos brasileiros, o número absoluto de analfabetos diminuiu.

O ACESSO À EDUCAÇÃO AUMENTOU:



COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES:



DIVISÃO DOS ESTUDANTES:

	1933	1968	1998
Ensino fundamental***	2,1 milhões	11,9 milhões	35,8 milhões
Ensino médio***	108 mil	3,2 milhões	6,7 milhões
Ensino superior***	23 mil**	278 mil	1,9 milhão

* Projeção da Unesco.

** Apenas os principais cursos. Fontes: IBGE e Unesco.

*** Primário, 1º grau ou ensino fundamental? A confusão com essas nomenclaturas se deve a duas reformas na legislação educacional. Em 1971, o antigo primário (1ª a 4ª série) passou a ser conhecido como 1º grau e ganhou mais quatro séries, englobando também o antigo ginásio (5ª a 8ª série). O secundário virou o 2º grau, sendo formado pelas três séries posteriores ao 1º grau. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação passou a chamar o 1º grau de ensino fundamental, e o 2º grau, de ensino médio.

É POSSÍVEL PREVER O FUTURO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA?

Os problemas da educação brasileira são tantos e tão graves que fica difícil prever seu futuro.

A gravidade do sistema é tal que, para percebê-la, basta focarmos nos últimos números oficiais do Ministério da Educação: 38% dos brasileiros podem ser considerados analfabetos funcionais, ou seja, não conseguem utilizar a leitura e a escrita na vida cotidiana. Pior ainda: 8% dos brasileiros são absolutamente analfabetos.¹

O analfabetismo está longe de ser o único problema da educação do país, embora seja o maior reflexo da complexidade da situação. Ainda é grande a quantidade de crianças em idade escolar fora do contexto educacional e persiste a seletividade da escola brasileira (quando boa parte de nossas crianças é expulsa dos bancos escolares, o que se deve, entre outros fatores, à inadequação do calendário escolar). Outros problemas relevantes insistem em atormentar o quadro educacional do país: o número insuficiente de prédios escolares (inadequados para o ensino em sua essência), as péssimas condições salariais dos profissionais da educação pública, os poucos investimentos na reciclagem docente e as difíceis condições gerais de trabalho oferecidas aos professores.

¹ Dados anunciados nos vários veículos de comunicação do país em setembro de 2003. Fonte: IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística).



Poderíamos continuar a desfilar problemas e mais problemas. Estes, cremos, são suficientes por serem amplamente ilustrativos.

A educação brasileira, apesar das ações otimistas dos últimos anos, apresenta um quadro negro no que tange à estrutura. Mesmo os números apresentados pelo censo 2000 não nos deixam aliviados.

Os pessimistas podem ressaltar que nove em dez crianças de zero a três anos não freqüentam creche. Podem argumentar que cerca de um terço da população absoluta brasileira (31,4%) com mais de dez anos de idade, não completou sequer o primeiro ciclo do ensino fundamental, que vai até a 4ª série. Os dados mostram também que 59,9% da população com mais de dez anos não completaram oito anos nos bancos escolares.²

Os otimistas, por outro lado, podem comparar os números do censo de 2000 com os do censo de 1991. Aí, claro, vê-se avanço: a taxa de escolaridade cresceu em todas as faixas etárias. Na faixa de cinco a seis anos, saltou de 37,2% para 71,9%; entre os que possuem de sete a quatorze anos, o país atingiu 94,9% das crianças na escola (era de 79,5% em 1991); o número dos que faziam curso de alfabetização saltou de 79 mil em 1991 para 536 mil em 2000; no topo da pirâmide educacional, o número de mestrandos e doutorandos saltou de cinquenta e dois mil em 1991 para duzentos e dezoito mil em 2000, um incremento de 319%. Porém, apenas 6,8% da população brasileira com mais de 25 anos possui diploma universitário.³

Mas números são números. E números, por si só, não refletem qualidade.

No entanto, a crise educacional não é só brasileira, é mundial; muito menos na estrutura, muito mais nos caminhos.

No mundo contemporâneo, rico é quem tem conhecimento. Daí a indagação: a escola sabe guiar os alunos para a construção do conhecimento, em especial no Brasil, com seus problemas estruturais crônicos?

Identificamos como quatro os pilares da educação: conhecer, fazer, conviver, ser. No que tange ao pilar conhecer, o dividimos em: aprender e pensar. Aí é que mora o problema: a escola sabe fazer pensar?

O mundo do trabalho capitalista espera conhecimento técnico, polivalência, atualização, cultura, comunicação, capacidade de trabalho em equipe, mobilidade, previsão de cenários, transferência de conhecimentos, promoção de mudanças, criações, criticidade, iniciativa, ética, solidariedade, responsabilidade, justiça. Muita coisa, não é mesmo? Este mesmo mundo do trabalho não espera um ser democrata, mas humanista e múltiplo.

² Recenseamento de 2000, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em números completos, em 2002.

³ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgados em 2003.



As discussões dos teóricos da educação acabam sendo remetidas às mesmas conclusões: o aluno deve ser o agente do saber; a interdisciplinaridade é fundamental; o desenvolvimento das habilidades, competências, inteligências, atitudes e valores são indispensáveis, com o professor devendo ser um especialista no processo de aprendizagem.

Com tanta teoria, professores e coordenadores escolares, não só ficam perdidos, como passam a se considerarem incompetentes. Pior para as coordenações escolares, normalmente vistas como culpadas pelo processo.

Na forma como a educação é hoje discutida e avaliada em sua aplicação, arriscamos a dizer que, em muitas instituições de ensino particular, há mera troca de valores monetários, com os pais querendo acreditar no que compram e as escolas, deste tipo, querendo fazer acreditar no que vendem. A educação trocável por dinheiro.

Com tanta teoria e pouca praticidade no fazer educação, afirmamos que vivemos em um mundo educacional onde prevalecem as mentiras na maioria das instituições que se propõem a fazer, gerar ou “dar” educação.

Mesmo parecendo não querer, a escola sabe que precisa adaptar-se à sociedade da informação, já que, nos dias atuais, o simples acúmulo de conhecimentos não é garantia de sucesso profissional. Assim, vem o dilema: a escola deve educar para o mercado ou para a vida? Eis a dúvida maior neste início de século XXI.

Preocupado com o papel da escola, o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) editou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, conferindo maior autonomia às escolas, desejando vê-las vinculadas ao mundo da prática social e do trabalho. Pela LDB, os conteúdos apresentam três alicerces: competências, habilidades e atitudes; onde é competente quem sabe aprender, é hábil quem sabe fazer, e possui atitude quem sabe conviver, trazendo-nos a troca de experiência calcada em relações horizontais professor-aluno, como principal paradigma. Espera-se, assim, mais do professor. Aí está o problema: é necessário reciclar esta figura que se tornou principal, ou seja, o docente. No caso do Brasil, com uma estrutura pública falha, dá-se “cobertura” a esta peça essencial? Difícil é fazer uma previsão otimista perante a estrutura vigente, quando o futuro da educação passa, obrigatoriamente, pelo professor.

Com tantos desafios, cabe uma outra indignação: a escola é justa ao encher as cabeças dos alunos com conteúdos que pouco interessam? É correto exigir tanto esforço dos discentes por quase nada. Afirmamos que não cabe mais aquela escola tradicional, onde professores ensinam com base em um programa pré-estabelecido, programa este normalmente ditado por pessoas há muito fora das salas-de-aula. Não cabe mais o ensino fragmentado e fragmentador. O conteúdo, o método e a gestão escolar precisam ser aperfeiçoados evolutivamente para que te-



nhamos perspectivas na educação, para que saíamos do “faz de conta”. Uma nova visão de ser humano deve ser inserida no aluno, caso contrário este a obterá fora dos bancos escolares.

Foi-se o tempo da escola pública reconhecida. Foi-se o tempo em que a escola particular era ruim. A pública perdeu-se no tempo; a particular ganhou o seu espaço. Mas a escola pública pode ser recuperada, pois possui as características para tal: é popular, é aberta e não sofre tanta interferência do desejo dos pais, estando, portanto, mais acessível a inovações. A infância e a adolescência são mais intensas nas camadas sociais menos privilegiadas. Nas escolas particulares, crianças são transformadas em alunos; nos estabelecimentos públicos de ensino, em pessoas. Lev Vygotsky (1896-1934) afirmava que “O aprendizado é fruto da interação social”, assim como Montessori (1870-1952) já nos alertava: “É preciso seguir a criança”, defendendo a estruturação, pela educação, de pessoas independentes; e criar pessoas autônomas é exigência no mundo globalizado atual.

EDUCAÇÃO QUE SE CORRIGE

Qual o futuro de uma educação “corrigida” por cursos pré-vestibulares?

Até pelo fato de, de certa forma, este autor sobreviver deles, ficamos muito tranqüilo para afirmar: “Os cursinhos são urubus de uma educação conteudista e viciada.” Esta é uma afirmação pesada, mas que não deixa de ser verdadeira, até porque os cursos pré-vestibulares possuem a fama de corrigirem o processo educacional, deixado de lado pela educação que se quer cidadã.

A educação enfocada na essência não permite, atualmente, que o ser adquira uma vaga no ensino superior (em especial público), já que, para tanto, exige ainda, o conteudismo, mesmo que busque certa criticidade. Neste sentido, os cursinhos fazem a festa! Este é um erro de quebra de seqüência, como se o que foi feito até então não tivesse valido a pena, como se a educação bem intencionada não servisse para muita coisa.

Eliminar o vestibular? Como? Sei que, ao eliminá-lo, as escolas estariam livres para conduzir, guiar e até se ajustarem ao ensino. Ainda hoje, infelizmente, “forte” é a escola que faz seus alunos ingressarem em universidades de grande concorrência. Enquanto houver vestibular, ninguém estará livre para educar, para fazer e aprender. Por outro lado, sem os vestibulares, o ensino fundamental e médio não teriam qualquer exigência de nível. Ingressar nas universidades com o histórico escolar seria perigoso, até porque as escolas não possuem o mesmo nível de seriedade.



Rubem Alves⁴ sugere, informalmente, o sorteio para o ingresso no ensino superior. O que pode soar como ironia, deixa de assim parecer quando o educador alerta que, sem a obrigação dos vestibulares, “...as despesas com os cursinhos passariam a remeter-se como recursos para a criação de excelentes universidades particulares, sem ônus para o governo.” O mesmo Rubem Alves afirma que “...após um ano de tortura inútil a que o aluno é submetido, caso não passe, vem o sentimento de injustiça, depois o de inveja.” Algo a se pensar. Se o sorteio para as vagas no ensino superior, proposto por Alves, é injusto, o curso de adequação vestibulocrata também o é.

O fato é que não se pode sonhar com a educação positiva enquanto a fórmula de ingresso nos cursos de ensino superior passar pelos exames admissionais. Eis mais um entrave para se eliminar na busca da educação justa e humana.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A democracia brasileira depende, entre outros, da educação para se aprimorar. Tal democracia é frágil, a começar pelas nossas cabeças, quando nos comportamos mais como votantes do que como eleitores. Mostra-se frágil também ao não respeitar as chamadas minorias, ao permitir a concentração dos meios de comunicação (o que desestimula o respeito à pluralidade de opiniões), ao não aceitar a rotatividade ampla dos governantes (em que pese a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, em 2002), ao condicionar certa passividade de boa parte da população brasileira. Este quadro só mudará, cremos, se antes de tudo vencermos as graves desigualdades sociais e os obstáculos impostos à educação plena. Para tanto, não se pode pensar em uma educação excludente.

Não contribuindo para isto, assistimos hoje à proliferação exagerada das escolas particulares, que tomam o espaço do ensino público, em uma clara transferência de funções, por ter se tornado o Estado, obsoleto no setor. E por que isto acontece? Porque as famílias com razoáveis condições materiais sabem que a educação tornou-se o instrumento (talvez único) de ascensão social em uma sociedade de poucas oportunidades e que tende a limitá-las ainda mais

Porém, até mesmo as instituições particulares, na luta pela sobrevivência no mercado, portam-se parecidamente com clubes, impedindo que a escola execute sua verdadeira função: construir relações de convivência com pessoas diferentes em opiniões e interesses, ou seja, produzir conhecimento. Ao contrário, a escola

⁴ Rubem Alves, educador e psicanalista, em artigo escrito para a Folha de São Paulo (Caderno Sinapse, nº 17, de novembro/2003).



passa a ser vista como boa (em uma sociedade altamente competitiva), caso consiga fazer com que seus alunos ultrapassem as barreiras impostas pelos vestibulares. Assim sendo, próprio de uma estrutura capitalista, a escola passa a interessar a simples consumidores. E conhecimento, reconhecimento de direitos, relações de confiança, solidariedade e respeito, acabam ficando em segundo plano.

Nos extremos, entre a educação insuficiente e a camuflada de autêntica, a educação questiona-se: Como planejar uma educação futura sendo a base altamente precária?

Quem faz o discurso da educação, se o programa (ou currículo) normalmente vem de cima para baixo? Em que pesem as diretrizes e parâmetros curriculares nacionais, os conteúdos escolares são fardos a serem carregados, assim como a renovação metodológica que tais diretrizes e parâmetros impõem. A Constituição de 1988, em vigor, em seu artigo 206, estipula um ensino baseado no pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas. Pede-se o conhecimento baseado na compreensão de conceitos científicos, na busca de novos conhecimentos. Para tanto, deve-se eliminar as disciplinas do currículo, dando lugar à aprendizagem por projetos. Pela situação da educação brasileira aqui apresentada, se vista sob conceito generalizado e global, existem condições para tal? Com tantos problemas envolvendo as estruturas educacionais, podemos praticar o pensado? Qual é o agente motivador?

O que faz de um professor um bom profissional? Talvez o interesse, talvez gostar do que faz (dois itens que se completam). Para que a ferramenta não se perca, é preciso valorizá-la. Parecem-nos pouco suficientes, ainda, programas como o CAPEMP (Coordenação de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Médio e Educação Profissional), o PROBEEM (Programa Brasileiro de Apoio ao Educador do Ensino Médio) e a proposta do Governo Federal de transformar o FUNDEP em Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB), englobando a educação do ensino fundamental e a do ensino médio. Claro, são ações, mas que merecem aprofundamento teórico.

Como fazer uma revolução na educação para podermos ter perspectivas reais para a mesma? Dando condições gerais básicas a alunos e docentes. Não falo em tecnologia avançada, mas em bases reais humanas. E, creio, estamos distantes disto. Discutir conceitos é pouco. Perdoe a nossa visão pessimista.

A escola democrática, onde o filho do porteiro do prédio estudava com o filho do grande engenheiro, advogado, médico, ou algo que o valha, acabou. A escola democrática desmoronou. O ensino público, empreendedor em essência pela condição da mescla social, desfez-se, particularizou-se.

Saiamos da teoria. Invistamos na prática e na verdade.



CONCLUSÕES

Triste é vasculhar tudo que foi aqui exposto e pensar nas crianças que, ingenuamente, divertem-se – sejam pobres ou ricas – e colocam nas mãos dos pais ou responsáveis, impotentes, suas perspectivas de futuro em uma sociedade altamente competitiva.

Aos pais mais preocupados (ou que podem se preocupar) vem a questão: o que fazer? Educar para o aprimoramento das potencialidades natas ou preparar a criança para o que exige o mercado? Talvez tudo a seu tempo. Algo para o ensino fundamental, outro algo para o ensino médio. Ou seja, a leveza natural, primeiro; o trauma da cobrança, depois.

O fato é que, não podendo haver a escolha por um único caminho, o natural, o da valorização das potencialidades, constrói-se um ser fragmentado.

Uma vida educacional um tanto quanto hipócrita (para não dizer esquizofrênica) só cessará no dia em que a educação brasileira for construída em bases sólidas. Com tantos problemas estruturais, fica difícil planejá-la, pela falta do mínimo. Assim, do jeito em que está, a escola é seletiva, quando não deveria ser. Dentro deste cenário, os números e as estatísticas ficam em segundo plano.

Ou a educação brasileira estrutura-se em bases reais, o que, a nosso ver, passa também pelo fim dos vestibulares e, conseqüentemente, dos cursos pré-vestibulares, ou estaremos, perpetuamente, não podendo pensar a educação através dos seus fins. Não o fazendo, saibamos conscientemente: nunca seremos democráticos, nunca melhoraremos como pessoas. Uns são e serão, outros, não!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
GADOTTI, M. **Educação e poder – Introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1982.
INFORZATO, Hélio. **Fundamentos sociais e educação**. São Paulo: Nobel, 1971.
RAMALHO, J. P. **Prática educativa e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.